

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL



Objetivo: Capacitar integrantes do Ministério Público para atuação qualificada, preventiva e estratégica no controle do licenciamento ambiental diante das transformações introduzidas pela Lei nº 15.190/2025 e pela Lei 15.300/2025 - LAE.

Objetivos Específicos

- Compreender o modelo constitucional e tradicional do licenciamento;
- Identificar rupturas normativas e inconstitucionalidades;
- Avaliar criticamente o EIA/RIMA e estudos ambientais;
- Reconhecer riscos ampliados pelas novas modalidades (LAC, LAE, licenças automáticas);
- Estruturar atuação jurídica e técnica eficaz do MP.

Data de realização do curso: 09 de outubro de 2026.

Horário de realização do curso: das 09h às 12h e 14h às 16h.

Formato: híbrido (presencial com transmissão simultânea pelo Google Meet).

Local: Auditório Arnaldo Duarte/MPPE (Rua do Sol, 143 – 5º andar – Ed. Ipsep – Santo Antônio).

Carga horária: 5h/a

Evento Certificado: certificado emitido para os participantes que cumprirem 100% da carga horária.

Público: Membros do MPPE (prioridade). As vagas remanescentes serão preenchidas por servidores, assessores, residentes e estagiários da instituição.

Número de Vagas disponibilizadas: 45 vagas na modalidade presencial e 100 na modalidade online.

Inscrições no curso: até o dia 06 de outubro de 2026, por meio do formulário disponível em: <https://doity.com.br/curso-inovacoes-legislativas-acerca-do-licenciamento-ambiental-no-brasil>

Conteúdo Programático:

MÓDULO 1 – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO LICENCIAMENTO

- Art. 225 da Constituição Federal;
- Estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA);

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL



- Princípios:
 - ✓ prevenção;
 - ✓ precaução;
 - ✓ desenvolvimento sustentável;
 - ✓ vedação ao retrocesso ambiental.

Diretriz central

O licenciamento ambiental é instrumento de prevenção do dano, não de sua gestão posterior.

MÓDULO 2 – SISTEMA TRADICIONAL (CONAMA 01/86 e 237/97)

2.1 Fases do Licenciamento

- Licença Prévia (LP)
- Licença de Instalação (LI)
- Licença de Operação (LO)
 - ✓ Controle progressivo
 - ✓ Avaliação em etapas
 - ✓ Revisibilidade contínua

2.2 EIA/RIMA

- Obrigatoriedade constitucional;
- Avaliação de impactos;
- Análise de alternativas;
- Publicidade e participação social.

2.3 Estudos ambientais

- RCA, PCA, RAP, PRAD;
- Definição técnica caso a caso.

2.4 Publicidade

- Audiências públicas;
- Transparência;
- Controle social.

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL



MÓDULO 3 – NOVA LEI Nº 15.190/2025

3.1 Novas modalidades

- LAC (autodeclaratória)
- Licença automática
- Licença única
- Licença corretiva (LOC)
- Dispensa de licenciamento

3.2 Principais rupturas

- Elemento Sistema Tradicional Nova Lei
- Controle Estatal Autodeclaratório
- EIA/RIMA Central Flexibilizado
- Fases Trifásico Simplificado
- Participação Relevante Reduzida

3.3 Pontos críticos

- Licença tácita;
- Dispensa de EIA/RIMA;
- Enfraquecimento de órgãos intervenientes;
- Fragmentação federativa.

MÓDULO 4 – LICENÇA AMBIENTAL ESPECIAL (LAE)

4.1 Caracterização

- Licenciamento acelerado;
- Prazo reduzido;
- Aplicável a projetos estratégicos.

4.2 Problemas estruturais

a) Redução do tempo de análise

→ superficialidade técnica

b) Supressão do modelo trifásico

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL



→ ausência de controle progressivo

c) Fragilização do EIA/RIMA

→ possível inconstitucionalidade

d) Restrição da participação social

→ redução da legitimidade

e) Pressão política

→ risco de captura institucional

4.3 Riscos ambientais concretos

- Desmatamento em larga escala;
- Fragmentação de ecossistemas;
- Impactos em recursos hídricos;
- Contaminação ambiental;
- Conflitos com comunidades tradicionais.

4.4 Inconstitucionalidades associadas

- Violação ao art. 225 da CF;
- Violação à precaução;
- Retrocesso ambiental;
- Violação ao devido processo ambiental.

MÓDULO 5 – VISÃO TÉCNICA APLICADA AO MP

5.1 Elementos essenciais de um EIA/RIMA adequado

- Diagnóstico completo
- Área de influência delimitada
- Impactos cumulativos
- Alternativas locais
- Medidas mitigadoras viáveis

5.2 Fragilidades comuns

- Estudos genéricos;

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL



- Dados desatualizados;
- Ausência de análise cumulativa;
- Subdimensionamento de impactos.

5.3 Indicadores de risco

- Licenciamento acelerado
- Ausência de EIA
- LAC em áreas sensíveis
- Licença por silêncio administrativo

5.4 Ferramentas técnicas

- Geoprocessamento (ex: MapBiomass);
- Sensoriamento remoto;
- Perícias independentes;
- Apoio de núcleos técnicos (CEAT).

MÓDULO 6 – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

6.1 Atuação preventiva (prioridade máxima)

- Instauração de procedimentos administrativos;
- Requisição de estudos completos;
- Acompanhamento desde a fase inicial.

6.2 Controle da LAE e novas modalidades

Checklist essencial

- Há justificativa de interesse público?
- O estudo ambiental é suficiente?
- Existe análise cumulativa?
- Houve participação social?
- Há manifestação de órgãos intervenientes?

6.3 Atuação extrajudicial

- Recomendações;
- TACs;

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS ACERCA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO BRASIL



- Audiências públicas induzidas;
- Articulação institucional.

6.4 Atuação judicial

Instrumentos

- Ação Civil Pública;
- Tutela de urgência;
- Controle difuso de constitucionalidade.

6.5 Controle abstrato

- ADI / ADPF contra dispositivos da lei.

6.6 Atuação técnica integrada

- Uso de equipes multidisciplinares;
- Parcerias com academia;
- Produção de provas técnicas robustas.

Metodologia: Aulas expositivas

Instrutora: Cristina Seixas Graça, Promotora de Justiça do MPBA.

Formada em Direito pela Universidade Católica do Salvador, tem mestrado profissional pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e especialização em Direito Ambiental contra Mudanças Climáticas. Atua como professora na Escola Baiana de Direito e Gestão. É titular de promotoria de justiça voltada para o meio ambiente e urbanismo em Salvador no MPBA. Foi presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) no triênio 2019–2021. Atuou como coordenadora executiva da Rede Latino-americana de Ministério Público Ambiental.

Realização: Escola Superior do MPPE

Apoio: CAO Meio Ambiente